

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONCURSO PÚBLICO

CARGO: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se este caderno de provas contém a quantidade de questões das provas objetivas indicada na Folha de Respostas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto a seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Não há nada como um sonho para criar o futuro.

O descumprimento desta instrução implicará a anulação das suas provas e, consequentemente, a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a Folha de Respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer determinação constante em edital, no presente caderno e na Folha de Respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte. Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet www.cespe.unb.br.



- Nas questões de 1 a 100, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova.
- Nas questões que avaliam noções de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões 1 e 2

- Os planos econômicos adotados pelo Brasil no século XX eram embasados no crescimento econômico, pois reinava uma visão ortodoxa da economia, que ainda permeia o pensamento hegemônico sobre a condução da política econômica. O crescimento econômico era visto como sinônimo de desenvolvimento a evolução do produto interno bruto (PIB) *per capita* revelava a evolução do desenvolvimento de um país. A busca mundial por crescimento consistente do PIB é tão marcante para a política econômica brasileira que, recentemente, sua metodologia de cálculo foi alterada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- A primeira metade da primeira década do século XXI foi marcada por crescimento econômico pífio, tendo o Brasil superado apenas o Haiti, entre os países da América Latina. A partir de 2006, o PIB passou a ser orientado pelas recomendações do sistema de contas nacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo-lhe incorporadas outras pesquisas anuais, com destaque para a pesquisa de orçamento familiar e informações sobre o capital fixo formado pelas administrações públicas e instituições privadas sem fins lucrativos. Assim, por contemplar mais setores da economia nacional e impulsionado por um cenário macroeconômico favorável, o PIB brasileiro passou a apresentar taxas maiores de apuração e crescimento.
- Uma das razões principais para que o crescimento do PIB seja parâmetro de desenvolvimento decorre da existência da alta correlação entre esse indicador e os demais indicadores de qualidade de vida. O Banco Mundial ressalta que ainda há uma forte ligação entre crescimento econômico e redução da pobreza há um alto potencial de redução significativa da pobreza quando há altas taxas de crescimento econômico. Um crescimento acelerado e sustentável, capaz de gerar oportunidades de emprego para os pobres, é visto pelo banco como um fator-chave na redução da pobreza no futuro.

Francisco José Sadeck Filho. **O orçamento público federal e a garantia de prioridade absoluta de crianças e adolescentes nas políticas públicas**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010. Dissertação de mestrado. Internet: <www.lpp-buenosaires.net> (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a opção em que a proposição apresentada está de acordo com as ideias do texto.

- Conforme o Banco Mundial, o crescimento econômico deverá favorecer a redução da pobreza no futuro.
- Na primeira metade da primeira década do século XXI, o Brasil apresentou crescimento econômico inferior ao verificado no Haiti.
- Constitui parâmetro de desenvolvimento de um país a correlação existente entre o PIB e outros indicadores de qualidade de vida.
- Os planos econômicos adotados no Brasil no século XX baseavam-se em uma visão ortodoxa de economia, diferentemente do modelo econômico adotado, no país, no século XXI.
- Em 2006, o crescimento econômico passou a ser medido pelo PIB.

QUESTÃO 2

A correção gramatical e(ou) o sentido original do texto seriam mantidos caso

- a expressão "sendo-lhe incorporadas" (ℓ.17) fosse substituída por sendo-lhes incorporada.
- o adjetivo "principais", na linha 25, fosse deslocado para imediatamente antes do substantivo "razões".
- o advérbio "ainda", na linha 28, fosse deslocado para imediatamente depois de "ressalta".
- fosse inserida uma vírgula após a expressão adverbial "no século XX" (ℓ.1-2).
- **9** o adjetivo "pífio" $(\ell.13)$ fosse substituído por **preocupante**.

Texto para as questões de 3 a 5

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) condicionou o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC) à assinatura, pelos estados, pelo Distrito

- Federal e pelos municípios, do plano de metas Compromisso Todos pela Educação. Depois da adesão ao Compromisso, os entes federativos devem elaborar o plano de ações articuladas
- (PAR). Todos os 5.563 municípios, os 26 estados e o Distrito Federal aderiram ao Compromisso.

O PAR, planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos, coordenado pela secretaria municipal/estadual de educação, deve ser elaborado com a participação de gestores, de professores e da comunidade local.

Para ajudar os municípios e os estados na elaboração dos planos, o MEC oferece um roteiro de ações com pontuação de um a quatro, treze tipos de tabelas com dados demográficos e do censo escolar de cada ente federativo e informações sobre o preenchimento dos dados. Os itens pontuados pelo município/estado com os números um e dois representam suas maiores prioridades. A formação de professores, por exemplo, aparece na maioria dos planos apresentados ao MEC com os números um e dois. A maior parte dos municípios com PAR pronto tem interesse na construção de creches e na melhoria da infraestrutura das escolas urbanas e rurais, ações que dependem de assistência técnica e, principalmente, da transferência de recursos federais aos municípios.

Com o objetivo de implantar o PAR, o MEC tomou duas providências: fez parceria com dezessete universidades públicas e com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária para que essas instituições auxiliem as prefeituras nas tarefas de diagnóstico e elaboração dos planos e contratou uma equipe de consultores, que foi aos municípios prioritários — aqueles com os mais baixos índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) — para dar assistência técnica local. Além disso, alguns estados assumiram o compromisso de ajudar seus municípios no diagnóstico e na elaboração dos planos.

A dinâmica do PAR tem três etapas. O diagnóstico da realidade da educação e a elaboração do plano são as primeiras etapas e estão na esfera do município/estado. A terceira etapa é a análise técnica, feita pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e pelo FNDE. Depois da análise técnica, o município assina um termo de cooperação com o MEC, do qual constam os programas aprovados e classificados segundo a prioridade municipal. O termo de cooperação detalha a participação do MEC — que pode ser com assistência técnica por um período ou pelos quatro anos do PAR e assistência financeira. Para a transferência de recursos, o município deve assinar um convênio, que é analisado, antes da aprovação, a cada ano.

 $Internet: <\!\!www.fnde.gov.br\!\!>\! (com\ adaptações).$

QUESTÃO 3

De acordo com o texto, é correto afirmar que

- é obrigação dos estados ajudar os municípios na elaboração do PAR.
- a elaboração do PAR não deve prescindir da participação de gestores, de professores e da comunidade local.
- os municípios brasileiros cujo IDEB é alto não são considerados prioritários, portanto não participam do PDE.
- o plano de metas Compromisso Todos pela Educação foi criado com o objetivo de aumentar a participação do Distrito Federal, dos estados e dos municípios no PDE.
- **9** o MEC considera a formação de professores uma de suas maiores prioridades.

QUESTÃO 4

Em relação aos aspectos linguísticos do texto, assinale a opção certa.

- Mantendo-se a correção e o sentido original do texto, o período "O termo (...) financeira." (ℓ.45-48) poderia ser reescrito da seguinte maneira: O termo de cooperação detalha a participação do MEC: que pode ser com assistência técnica, por um período ou pelos quatro anos, do PAR e assistência financeira.
- A supressão do artigo "a" em "da comunidade local" (ℓ.13) não prejudicaria a correção gramatical do texto e garantiria o paralelismo na enumeração, tomada em sentido genérico: de gestores, de professores e de comunidade local.
- O emprego da vírgula logo após a sigla "PAR" (ℓ.27) é facultativo, razão por que poderia essa vírgula ser suprimida, sem prejuízo da correção do texto.
- Na linha 31, dada a regência da forma verbal "auxiliem", poderia ser corretamente empregado o acento indicativo de crase no trecho "as prefeituras".
- **④** A substituição da expressão "do qual" (ℓ.44) por **no qual** manteria a correção gramatical e a coerência do texto.

QUESTÃO 5

As ideias originais e a correção gramatical do texto seriam mantidas caso se substituísse

- **4** "Para" $(\ell.14)$ por **Afim de**.
- **6** "tem" (ℓ.23) por **têm**.
- \bullet "que" (ℓ .24) por onde.
- "condicionou" $(\ell.2)$ por sujeitou.
- **❸** "devem elaborar" (ℓ.6) por elaborarão.

Texto para as questões de 6 a 8

A política brasileira de contratações públicas sustentáveis é uma iniciativa para valorizar a compra de produtos que utilizem, em todas as etapas do ciclo de vida, critérios ambientais, econômicos e sociais. Dessa maneira, o governo federal transforma suas aquisições em instrumentos de proteção à natureza.

No Brasil, essa política iniciou-se em 2010, ano em que os órgãos públicos federais começaram a utilizar critérios de sustentabilidade em suas licitações. Isso foi motivado pela entrada em vigor da Instrução Normativa n.º 1, editada pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

Nesse mesmo ano, o catálogo de materiais do Portal de Compras do Governo Federal também passou a realizar o cadastro de produtos considerados sustentáveis. Atualmente, mais de setecentos itens recebem essa classificação.

Em 2012, a política de contratações sustentáveis ganhou impulso com o Decreto n.º 7.746. Pela regulamentação, os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional podem adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade.

As compras públicas sustentáveis feitas no primeiro trimestre de 2012 somam R\$ 12 milhões, de acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O valor negociado nesse período representa 83% do total comprado em 2011 (R\$ 14,5 milhões) e 61% a mais do que o total adquirido de 2010 (R\$ 7,5 milhões), quando começou a política de "licitações sustentáveis". O objetivo da política é usar o poder de compra do governo federal para incentivar a produção de mercadorias que não prejudiquem o meio ambiente.

Desde a implantação da norma para regulamentar as compras sustentáveis, em janeiro de 2010, até março de 2012, o governo federal realizou 1.490 licitações, pelo sistema integrado de administração de serviços gerais, utilizando itens com essa classificação. Desde o início dessa política de compras, a administração pública federal já investiu mais de R\$ 34 milhões na aquisição desses produtos.

Internet: <www.brasil.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 6

Com base nas informações do texto acima, é correto afirmar que

- as compras públicas sustentáveis representaram, em 2010, 61% do total comprado e, em 2011, 83%.
- **9** a política de contratações públicas sustentáveis iniciou-se no Brasil em 2010, após a edição da Instrução Normativa n.º 1.
- o governo federal, ao fazer compras sustentáveis, incentiva a produção de mercadorias que não prejudicam o meio ambiente, na medida em que incentiva a sociedade a fazer o mesmo, o que aumenta a demanda por esse tipo de produto.
- a aquisição de bens e a contratação serviços e obras pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional são todas realizadas, atualmente, por meio de licitações sustentáveis.
- **9** os valores gastos com contratações públicas sustentáveis aumentam a cada ano.

QUESTÃO 7

Assinale a opção correta no que se refere à análise de aspectos linguísticos do texto.

- O trecho "a política de 'licitações sustentáveis" (ℓ.27-28) exerce a função de complemento da forma verbal "começou" (ℓ.27).
- O emprego do sinal indicativo de crase na expressão "à natureza" (ℓ.6) é facultativo, razão por que a omissão do sinal não prejudicaria a correção do texto.
- A supressão da vírgula empregada imediatamente após a expressão "Instrução Normativa n.º 1" (ℓ.10) não prejudicaria o sentido original do texto.
- A expressão "Nesse mesmo ano" (ℓ.12) faz referência ao ano vigente, ou seja, a 2013.
- **❸** A locução "de acordo com" (ℓ.23) é equivalente a **consoante**.

QUESTÃO 8

A correção e a coerência do texto seriam mantidas caso

- a forma verbal "iniciou-se" (ℓ.7) fosse substituída por originou.
- **3** o pronome "Isso" $(\ell.9)$ fosse substituído por **O que**.
- a forma verbal "considerando" (\ell.20) fosse substituída por vilipendiando.
- a expressão "Desde a" (l.31) fosse substituída por **Da**.
- **9** o trecho "é uma iniciativa para" $(\ell.2)$ fosse substituído por **visam**.

31

Texto para as questões 9 e 10

A necessidade de estabelecimento de mecanismos que permitissem o devido conhecimento e a correta e adequada gestão de recursos de empresas e de organismos públicos (função muitas vezes centralizada em pessoa de confiança do detentor do poder central) levou, em um processo histórico, ao

surgimento do que hoje conhecemos como orçamento.

Com estudos, observação e acompanhamento do exercício da função administrativa do Estado, diversas foram as propostas de técnicas de manejo do dinheiro arrecadado da sociedade, seja quanto à forma de classificação dos recursos disponibilizados, seja quanto ao processo decisório de sua realocação, sem que se deixasse de lado a discussão sobre mecanismos de fiscalização e controle da sociedade para com aqueles que devem gerir seus recursos.

A iniciativa legal do procedimento de elaboração da peça orçamentária, a partir de propostas, em tese, discutidas e avaliadas com a sociedade, cabe ao chefe do Poder Executivo. Os projetos devem ser submetidos ao Poder Legislativo e aprovados por ele, além de sancionados pelo chefe do Poder Executivo. Assim, os perímetros do gasto estatal diante das previsões de políticas públicas escolhidas e decididas estarão traçados.

Importa mencionar que, na prática, há momentos temporais distintos. O primeiro refere-se ao planejamento de eventos futuros, calcados em previsões de arrecadações (também futuras), já que o orçamento é elaborado, em tese, com lastro em parâmetros previamente discutidos e debatidos. O segundo refere-se à execução do que foi planejado, o que implica a efetiva arrecadação e o correto manejo dos recursos obtidos.

Luiz Fernando Rodrigues Pinto Junior. **Orçamento público e improbidade administrativa**. Internet: sp.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 9

Em cada uma das opções a seguir, é apresentado um trecho do texto, seguido de proposta de reescrita. Assinale a opção que apresenta reescrita gramaticalmente correta e coerente com os sentidos do texto.

- (1) "já que o orçamento é elaborado, em tese, com lastro em parâmetros previamente discutidos e debatidos" (ℓ.26-27): uma vez que o orçamento é elaborado, em tese, com fundamento em parâmetros previamente discutidos e debatidos
- "diversas foram as propostas de técnicas de manejo do dinheiro arrecadado da sociedade" (1.8-10): propôs-se diversas técnicas de manejo do dinheiro arrecadado na sociedade
- ⊕ "Os projetos devem ser submetidos ao Poder Legislativo e aprovados por ele, além de sancionados pelo chefe do Poder Executivo" (ℓ.18-20): Os projetos devem-se submeter à aprovação pelo Poder Legislativo, além de serem sancionados pelo chefe do Poder Executivo

QUESTÃO 10

Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do texto.

- Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, a forma verbal "implica" (ℓ.29) poderia ser substituída por acarreta.
- Na linha 5, a expressão "em um processo histórico" exerce a função de complemento indireto da forma verbal "levou".
- Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, as expressões "quanto à forma" (ℓ.10) e "quanto ao processo decisório" (ℓ.11) poderiam ser substituídas por devido a forma e devido o processo, respectivamente.
- **O** Pronome "seus" (ℓ .14) refere-se a "Estado" (ℓ .8).
- **⑤** Seria mantida a correção gramatical do texto caso fossem empregadas vírgulas logo após os termos "primeiro" (ℓ.24) e "segundo" (ℓ.28).

The following text refers to questions 11 and 12.

It is well accepted and acknowledged that service quality is essential for firm success. The problem with the measurement of service quality is that it is not easily identifiable and measurable. Unlike the quality of goods, which can be measured objectively, service quality is an abstract and elusive construct because of three features unique to services: intangibility, heterogeneity, and inseparability of production and consumption. Despite the complexity of the issue, a consensus has emerged in the literature to measure service quality using clients' perceptions of the service delivered.

Only few studies in auditing have adopted the service quality approach, where clients are asked to assess their current (and/or former) auditor (i.e., audit firm and/or audit team). However, the latter approach has several advantages because it allows overall client satisfaction to be determined and also identification of the attributes that drive client satisfaction.

Internet: http://onlinelibrary.wiley.com (adapted).

QUESTÃO 11

According to the text

- client satisfaction can be determined through the use of the service quality approach.
- **a** auditors do not always accurately perceive clients' expectations.
- the quality of goods and services can both be measured objectively.
- due to its complexity, service quality cannot be measured in terms of clients' perceptions of the service delivered.
- **a** audit firms need to have sufficient understanding of their clients in order to improve the quality of service they provide.

QUESTÃO 12

The word "Unlike" (ℓ .4) is the same as

- **a** aside from.
- **3** similar to.
- **o** contrasted with.
- resembling.
- **d**espite.

The following text refers to questions from 13 through 16.

- High turnover at large public accounting firms has long been a critical issue facing the profession. Hiltebeitel and Leauby (2001) find that less than half of accounting graduates
- 4 who choose public accounting for their first positions remained in the field three years after the start. High turnover introduces challenges for public accounting firms because hiring and
- training new employees is costly. Further, a discussion paper by the British Financial Reporting Council suggests that failure to retain experienced and skilled staff can pose threats to the skill of the audit team, and thus impair audit quality.

According to the Survey Report of Audit Firms in Taiwan published by the Financial Supervisory Commission,

- high turnover and a shortage of experienced and skilled audit staff have constantly been among the top five challenges facing public accounting firms. This suggests that the continuing loss
- of young professional employees in accounting firms is a pervasive issue not only in the United States but around the world. While factors such as gender, performance, and job
- satisfaction appear to explain the turnover in general, limited evidence exists as to the relative significance of each factor in explaining employee turnover. Further, differences in culture
- and educational requirements for accounting graduates may result in different associations between personal and work-related factors and the turnover behavior across countries.

Internet: http://onlinelibrary.wiley.com (adapted).

QUESTÃO 13

Based on the text it is correct to affirm that

- gender, performance, salary, and accounting degree are the reasons for employee turnover across countries.
- **6** female auditors are more likely to depart the accounting firm.
- high employee turnover has never been a concern in the public accounting profession.
- frequent replacement of professional staff can have an adverse impact on audit quality.
- eresearch evidence has shown that as much as half of accounting graduates who choose public accounting for their first positions remained in the field three years after the start.

QUESTÃO 14

The verb form "impair" $(\ell.10)$ is synonymous with

- amend.
- **3** strengthen.
- enhance.
- reduce.
- **9** improve.

QUESTÃO 15

The conjuction "While" (1.18) means

- **a** eventhough.
- 3 although.
- at the same time that.
- in spite of the fact that.
- **6** because of.

QUESTÃO 16

In "because hiring and training new employees is costly" (ℓ .6-7), the verb to hire means

- **a** to dismiss.
- **3** to employ.
- **6** to support.
- to provide.
- to displace.

QUESTÃO 17

Embora a França e os Estados Unidos da América (EUA) sejam aliados desde a guerra de Independência dos EUA (1775-1783), os dois países tomaram partidos opostos em relação à guerra

- do Afeganistão.
- **6** contra o terror.
- O do Vietnã.
- **o** do Golfo.
- **3** do Iraque.

QUESTÃO 18

O doping, problema frequente no esporte mundial, é definido como

- a realização de treinamento em excesso, também denominado overtraining, para a obtenção de resultados satisfatórios nas competições.
- a utilização de determinadas substâncias para o aumento do desempenho atlético.
- o uso de substâncias lícitas, como álcool e tabaco, para fins recreativos.
- **a** prática de alterar o registro de nascimento para mudar a categoria na qual um atleta disputa suas competições.
- o emprego de medicação para o tratamento de doenças que acometem os atletas, com efeitos colaterais prejudiciais à saúde.

Entre as ações afirmativas implementadas, no Brasil, pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial inclui-se

- o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas e universidades públicas.
- **3** a proibição de segregação racial em instalações públicas (banheiros e elevadores).
- a criminalização do racismo.
- a punição aos clubes de futebol cuja torcida entoar cantos racistas.
- a aplicação da pena de suspensão das emissoras de TV que veicularem programas com personagens negros estereotipados.

QUESTÃO 20

No que se refere aos componentes funcionais de computadores e aos periféricos e dispositivos de entrada, de saída e de armazenamento de dados, assinale a opção correta.

- Memórias do tipo ROM podem ser processadas inúmeras vezes, bem como ser apagadas por qualquer programa de computador.
- A função da unidade central de processamento é executar os programas armazenados nos dispositivos de saída.
- A unidade lógica executa as operações aritméticas dirigidas pela memória secundária.
- A memória principal de um computador é, geralmente, uma memória volátil (RAM).
- Dispositivos periféricos de entrada e de saída são utilizados exclusivamente para comunicação do computador com meios de armazenamento em massa na nuvem.

QUESTÃO 21

No que diz respeito ao editor de texto Microsoft Word 2007, assinale a opção correta.

- Por meio da funcionalidade Facebook login, localizada no menu Ferramentas, o Word 2007 possibilita ao usuário editar textos diretamente no Facebook.
- © Com relação à consistência com outros tipos de arquivos, o Word 2007 é capaz de processar e gravar arquivos no formato txt, mas não suporta arquivos do tipo rtf.
- As atualizações automáticas, que podem ser acessadas pela opção Atualizar, presente no menu Arquivo do Word 2007, possibilitam que esse *software* esteja sempre atualizado com as últimas correções disponíveis na Internet.
- Por meio do Microsoft Word 2007, é possível inserir imagens, alterar a cor das imagens para tons de preto e branco e inserir legendas numeradas em um documento.
- É possível a edição de documentos pdf no Word 2007, bastando que o usuário habilite essa função mediante a instalação do Acrobat Reader.

QUESTÃO 22

O protocolo de aplicação que permite ao usuário navegar na Internet de maneira segura mediante o uso de certificados digitais é denominado

- **Q** UDPS.
- **1** HTTPS.
- **©** FTP.
- O SSH.
- G TCPS.

QUESTÃO 23

Serviços de correio eletrônico gratuitos, como o Gmail, o Hotmail e o Outlook Express, utilizam, pelo menos, dois protocolos de aplicação na Internet. A interface desses serviços é *web*, logo eles suportam o protocolo HTTP. No entanto, para o envio de correio eletrônico para domínios de *email* diferentes do domínio de origem, esses serviços utilizam, pelo menos, o protocolo

- **3** SNMP.
- **©** RTSP.
- POP3.
- **⊜** SMTP.

QUESTÃO 24

Com base nas propriedades da segurança da informação, é correto afirmar que a utilização de assinatura digital garante

- a cifra simétrica.
- **3** disponibilidade.
- confidencialidade.
- autenticação.
- integridade.

RASCUNHO

Texto para as questões 25 e 26

No regime de capitalização simples, o valor J dos juros recebidos por um aplicador é diretamente proporcional ao capital inicial C aplicado e ao período de tempo T dessa aplicação. A constante de proporcionalidade I, chamada taxa de juros, fornece uma medida da rentabilidade da aplicação. Considere que, sob certas condições conjunturais, essa rentabilidade seja o quociente entre a margem R de risco de perdas — que diz respeito à probabilidade de o aplicador perder alguma parte de seu capital no período da aplicação — e a liquidez L da aplicação — variável cuja unidade é o inverso do tempo e que mede a facilidade com que o aplicador, sem perdas, converte novamente sua aplicação em dinheiro vivo.

QUESTÃO 25

Uma aplicação que tem liquidez igual a 2 por ano e margem de risco de perdas de 5%, sua rentabilidade será de

- **a** 2,5% a.a.
- **3** 5,0% a.a.
- **O** 10,0% a.a.
- **0** 0,4% a.a.
- **9** 2,0% a.a.

QUESTÃO 26

No regime de capitalização simples, a fórmula que relaciona o valor dos juros a ser recebido com o capital inicial aplicado, o tempo da aplicação, sua liquidez e margem de risco será

- $\mathbf{Q} \quad \mathbf{J} = \mathbf{C} \times (1 + \mathbf{R}/\mathbf{L})^{\mathrm{T}}.$
- **3** $J = C \times (1 + L/R)^{T}$.
- $\bullet \quad J = C \times T \times L \times R.$
- $\mathbf{G} \quad J = C \times T \times R/L.$

QUESTÃO 27

O PIB brasileiro cresceu 1,5% no segundo trimestre de 2013. Nesse caso, a taxa de crescimento anual equivalente a essa taxa semestral será de

- **a** 4,57%.
- **6**,00%.
- **6**,14%.
- **0** 1,50%.
- **4**,50%.

QUESTÃO 28

Um cliente, que tinha R\$ 500,00 em sua conta corrente especial, emitiu um cheque de R\$ 2.300,00 que foi imediatamente compensado. O cliente só tomou conhecimento do saldo devedor 11 dias após a compensação do cheque. Nessa situação, sabendo que, para períodos inferiores a 30 dias, o banco cobra juros simples, diários, à taxa mensal de 4,8%, para cobrir o débito no banco relativo a esses 11 dias, o cliente deverá depositar, imediatamente, o montante de

- **A** R\$ 2.750,40.
- **B** R\$ 1.800,00.
- **©** R\$ 1.831,68.
- **o** R\$ 1.886,40.
- **8** R\$ 2.300,00.

Em certo estado, o IPVA pode ser pago à vista com 5% de desconto ou em três pagamentos iguais, mensais e sucessivos: o primeiro pagamento deve ser feito na data de vencimento do pagamento à vista. Nesse caso, considerando 2,9 como valor aproximado para 8,4^{1/2}, é correto afirmar que a taxa de juros mensal embutida no financiamento será

- A superior a 3% e inferior a 4%.
- **3** superior a 4% e inferior a 5%.
- superior a 5% e inferior a 6%.
- superior a 6%.
- inferior a 3%.

QUESTÃO 30

Um cliente tomou um empréstimo de R\$ 1.000,00 em determinado banco, que cobra, antecipadamente, uma taxa de 15% sobre o valor, entregando o valor já líquido. Nessa situação, se o pagamento do empréstimo no valor de R\$ 1.000,00 ocorreu um mês depois, então a taxa efetiva de juros do empréstimo foi

- **a** superior a 19,5%.
- **6** inferior a 18%.
- superior a 18% e inferior a 18,5%.
- superior a 18,5% e inferior a 19%.
- **6** superior a 19% e inferior a 19,5%.

QUESTÃO 31

A SELIC, um índice que baliza as taxas de juros cobradas pelo mercado no Brasil, é a taxa básica utilizada como referência pela política monetária e usada pelo governo como remuneração em diversos títulos públicos ofertados aos investidores. No cálculo do valor real da remuneração, é necessário avaliar também a inflação do período, entendida como a queda do valor de mercado ou do poder de compra do dinheiro. Em uma análise simples, é comum fazer, então, a diferença entre a taxa SELIC x e a taxa de inflação y para se obter uma aproximação da taxa de remuneração real do investidor: x-y= taxa aproximada de remuneração do investidor. A taxa correta de remuneração, entretanto, é dada pela fórmula $\frac{1+X}{1+Y}-1$, em que X e Y são os valores de x e y expressos na forma

unitária, isto é, X = x/100 e Y = y/100. Nesse contexto, se a taxa SELIC for de 10,25% ao ano e se a inflação do período for de 5,5%, a diferença entre a taxa aproximada e a real de remuneração será

- superior a 0,3% e inferior a 0,4%.
- **6** superior a 0,4% e inferior a 0,5%.
- superior a 0,5% e inferior a 0,6%.
- **o** superior a 0,6%.
- **9** inferior a 0,3%.

| auditoria | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
|-----------|----|----|----|----|----|----|
| tempo | 60 | 90 | 30 | 40 | 50 | 90 |

Considerando que a tabela acima mostra o tempo, em minutos, gasto para a realização de auditorias em seis balanços contábeis, assinale a opção correta a respeito de medidas de variabilidade.

- O desvio padrão amostral foi inferior a 30 minutos.
- **3** A amplitude total, que representa a diferença entre as observações nas extremidades do conjunto de dados, foi igual a 30 minutos.
- O desvio médio absoluto em torno da média amostral foi superior a 25 minutos.
- A variância amostral desse conjunto de dados foi inferior a 600 minutos².
- O coeficiente de variação, que representa a amplitude entre o quartil superior e o inferior, foi igual a 80 minutos.

QUESTÃO 33

Considere que a probabilidade de haver inconsistência em uma declaração do imposto de renda seja igual a 0,10 e que X represente o total de declarações inconsistentes em uma amostra aleatória simples de 3.600 declarações. Com base nessas informações, assinale a opção correta.

- A variância de X é superior a 350.
- **3** A moda da distribuição X é igual ou superior a 3.000.
- O desvio padrão da quantidade X é igual a 18.
- A mediana da distribuição de X é superior a 500.
- O total esperado de declarações inconsistentes na amostra é superior a 500.

QUESTÃO 34

Se o número de reclamações diárias registradas por uma central de atendimento ao cidadão for uma variável aleatória que segue a distribuição de Poisson com média igual a $\ln 10$, então a probabilidade P(N=0) será igual a

- **a** 0,09.
- **3** 0,14.
- **9** 0,18.
- **o** 0,01.
- **9** 0,05

| estrato | tamanho do estrato | tamanho da amostra | desvio padrão da variável de interesse |
|---------|-----------------------|-----------------------|---|
| 1 | 50.000 | 100 | 8 |
| 2 | 100.000 | 200 | 2 |

A tabela acima descreve um processo de amostragem do tipo aleatória estratificada. Com base nessas informações, assinale a opção correta.

- A fração amostral no estrato 2 é superior à fração amostral no estrato 1.
- Com respeito ao tamanho da amostra retirada de cada estrato, o plano amostral apresentado considera a alocação ótima de Neyman.
- Na amostragem em tela, retira-se uma amostra aleatória simples de cada estrato.
- O objetivo da estratificação é formar subgrupos heterogêneos, de modo a maximizar o desvio padrão da variável de interesse em cada estrato.
- No plano amostral apresentado, para o cálculo da estimativa da média populacional, é necessário utilizar um fator de expansão para corrigir os vícios na estimação provocados pela estratificação.

QUESTÃO 36

Um levantamento estatístico foi realizado com o objetivo de estimar o percentual populacional (π) de usuários satisfeitos com os serviços de transporte público de uma cidade. De um grupo de 400 usuários selecionados por amostragem aleatória simples, 320 se mostraram satisfeitos com esses serviços. Considerando que $P(|Z|\!<\!2)=0.9545,$ em que Z representa a distribuição normal padrão, assinale a opção correspondente ao intervalo de 95,45% de confiança do percentual.

- **a** $80\% \pm 8\%$
- **3** $80\% \pm 10\%$
- **\Theta** 80% \pm 20%
- **0** $80\% \pm 2\%$
- **a** $80\% \pm 4\%$

QUESTÃO 37

Em uma propaganda, um fabricante afirma que os pneus produzidos por ele duram, em média, 50.000 km. Para testar essa afirmação, uma agência de fiscalização selecionou uma amostra aleatória de 36 pneus produzidos pelo fabricante. Nessa amostra, observou-se uma duração média de 48.000 km e desvio padrão amostral de 2.000 km. Considerando as hipóteses $H_0\colon \mu=50.000$ km e $H_1\colon \mu<50.000$ km e que a durabilidade do pneu segue uma distribuição normal, assinale a opção correta.

- O nível descritivo de um teste, também conhecido como *p*-valor, representa a probabilidade de se decidir pela aceitação da hipótese nula, dado que ela é verdadeira.
- O erro do tipo I, ou nível de significância do teste, representa o risco probabilístico de se decidir pela aceitação da hipótese nula, dado que ela é falsa.
- No teste de hipóteses, controla-se, em geral, o erro do tipo II, também conhecido como poder do teste.
- A estatística do teste t de Student é igual a 6.
- O p-valor do teste é igual a P(T < -6), em que T representa a distribuição t de Student com 35 graus de liberdade.

QUESTÃO 38

A covariância entre o faturamento real (y) e o faturamento nominal (x) de um grupo de empresas é igual a 40. Considerando que o desvio padrão de y seja igual a 10 e o de x, igual a 20, que o faturamento real médio desse grupo de empresas seja igual a 5 e que o faturamento nominal seja, em média, igual a 4, a reta de regressão linear de y em x pode ser expressa por

- v = 0.2x + 4.0.
- **B** y = 0.2x + 4.2.
- 9 y = 0.3x + 3.8.
- **0** y = 0.4x + 3.4.
- y = 0.1x + 4.6.

QUESTÃO 39

A negação da proposição "Cada uma das contas apresentadas por Fernando contém, no mínimo, dois erros contábeis." corresponde a

- Todas as contas apresentadas por Fernando contêm, pelo menos, um erro contábil.
- **19** Nenhuma das contas apresentadas por Fernando contém, no mínimo, dois erros contábeis.
- Cada uma das contas apresentadas por Fernando contém, no máximo, um erro contábil.
- Pelo menos uma das contas apresentadas por Fernando contém, no máximo, um erro contábil.
- Pelo menos uma das contas apresentadas por Fernando contém, no mínimo, dois erros contábeis.

Em uma reunião, os amigos Arnaldo, Beatriz, Carlos, Danilo e Elaine fizeram as seguintes afirmações:

Arnaldo: —Meu nome é Danilo ou Arnaldo.

Beatriz: —Arnaldo acaba de mentir.

Carlos: —Beatriz acaba de mentir.

Danilo: —Carlos acaba de mentir.

Elaine: —Danilo acaba de mentir.

A quantidade de pessoas que mentiu nessa situação foi igual a

- **a** 5.
- **3** 1.
- **9** 2.
- **0** 3.
- **9** 4.

QUESTÃO 41

Em determinado mês, os auditores Paulo, Marcos, Simão e Fernando analisaram, individualmente, contas de algumas empresas. Sabe-se que:

- a menor quantidade de empresas analisadas nesse mês por um desses auditores foi igual a seis;
- a quantidade de empresas analisadas por Simão foi maior que a quantidade analisada por Marcos e inferior à quantidade analisada por Fernando;
- Fernando analisou duas empresas a mais que Marcos;
- A maior quantidade de empresas que um auditor analisou a mais que outro foi cinco empresas.

Com base nessas informações, conclui-se que, em conjunto, os quatro auditores analisaram entre

- **A** 34 e 38 empresas.
- **3**6 e 40 empresas.
- **9** 38 e 42 empresas.
- **o** 40 e 42 empresas.
- **3**2 e 36 empresas.

QUESTÃO 42

Ao analisar uma listagem de 1.000 contribuintes com alguma pendência com a fazenda pública, um servidor constatou que, no último ano, 300 deles não tinham efetuado o pagamento do IPTU, 450 não haviam pagado o IRPF e outros 500 não haviam pagado o IPVA de algum veículo em seu nome. Constatou também que esses contribuintes deviam ou um ou os três tributos. Nesse caso, a quantidade de contribuintes que deviam os três tributos é igual a

- **a** 115.
- **3** 125.
- **9** 135.
- **o** 95.
- **3** 105.

QUESTÃO 43

Considerando todas as possíveis valorações V ou F das proposições simples P e Q, a quantidade de valorações V na tabela-verdade da proposição $(P \land Q) \lor (\sim Q) \rightarrow [P \lor (\sim Q)]$ é igual a

- **a** 1.
- **3** 2.
- **9** 3.
- **o** 4.
- **3** 0.

QUESTÃO 44

Se as proposições (i) "Se Jonas estiver de folga, então Paulo e Mauro irão à reunião." e (ii) "Se Paulo ou Raul forem à reunião, então Mauro não irá à reunião." forem verdadeiras, é correto concluir que

- Jonas não estará de folga e Raul irá à reunião.
- **3** Jonas estará de folga e Raul não irá à reunião.
- ou Jonas estará de folga ou Raul irá à reunião.
- Jonas estará de folga e Raul irá à reunião.
- **G** Jonas não estará de folga e Raul não irá à reunião.

Acerca do direito administrativo, assinale a opção correta.

- A administração pública confunde-se com o próprio Poder Executivo, haja vista que a este cabe, em vista do princípio da separação dos poderes, a exclusiva função administrativa.
- A ausência de um código específico para o direito administrativo reflete a falta de autonomia dessa área jurídica, devendo o aplicador do direito recorrer a outras disciplinas subsidiariamente.
- O direito administrativo visa à regulação das relações jurídicas entre servidores e entre estes e os órgãos da administração, ao passo que o direito privado regula a relação entre os órgãos e a sociedade.
- A indisponibilidade do interesse público, princípio voltado ao administrado, traduz-se pela impossibilidade de alienação ou penhora de um bem público cuja posse detenha o particular.
- Em sentido subjetivo, a administração pública confunde-se com os próprios sujeitos que integram a estrutura administrativa do Estado.

QUESTÃO 46

Em relação aos poderes e deveres do administrador público, assinale a opção correta.

- Embora o abuso de poder não esteja sujeito à apreciação judicial, a conduta considerada abusiva poderá ser submetida à revisão administrativa.
- A prerrogativa da administração de impor sanções a seus servidores, independentemente de decisão judicial, decorre diretamente do seu poder hierárquico.
- Nos termos da legislação vigente, o poder de polícia é exercido pela polícia civil, no âmbito dos estados, e pela Polícia Federal, no âmbito da União.
- **O** Os poderes administrativos são uma faculdade atribuída ao administrador público para agir em benefício da sociedade.
- O agente público incorre em desvio de poder quando, mesmo dentro de sua esfera de competência, atua afastando-se do interesse público.

QUESTÃO 47

Em determinada secretaria de governo, as ações voltadas ao desenvolvimento de planos para capacitação dos servidores eram realizadas de forma esporádica, inexistindo setor específico para tal finalidade. A fim de dar maior concretude a uma política de prestação de serviço público de qualidade naquela secretaria, criouse um departamento de capacitação dos servidores.

Nessa situação hipotética, a criação do referido departamento é considerada

- **a** desconcentração administrativa.
- **3** centralização administrativa.
- descentralização administrativa.
- medida gerencial interna.
- concentração administrativa.

QUESTÃO 48

A pessoa jurídica dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital formado exclusivamente por recursos das pessoas de direito público interno ou de pessoas de suas administrações indiretas, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, é denominada

- fundação pública.
- empresa pública.
- sociedade de economia mista.
- autarquia.
- agência reguladora.

QUESTÃO 49

No que se refere a atos administrativos, assinale a opção correta.

- A ausência de manifestação da administração em situações em que deve pronunciar-se, conhecida como silêncio administrativo, é considerada ato administrativo, independentemente de lei, pois afeta direta ou indiretamente os administrados.
- Os atos administrativos discricionários não exigem motivação e a motivação, se houver, em nada afeta a validade do ato administrativo, ante a impossibilidade de vinculação dos motivos.
- O atributo da imperatividade dos atos administrativos diz respeito à possibilidade de o ato ser imediatamente executado, independentemente de solicitação prévia ou posterior do Poder Judiciário.
- Um fato administrativo não se preordena à produção de efeitos jurídicos, traduzindo-se em uma atividade material no exercício da função administrativa.
- A locação de um prédio pela administração traduz um ato da administração que, embora regido pelo direito público, põe o particular em posição igualitária com o poder público.

No que diz respeito a licitação, contratos e convênios administrativos, assinale a opção correta.

- Tanto nos convênios quanto nos contratos administrativos, os interesses dos pactuantes são opostos e diversos.
- A rescisão amigável do contrato administrativo, por decorrer de acordo de vontade entre a administração e o contratado, independe de autorização da autoridade competente, ao contrário da rescisão unilateral, para cuja eficácia é exigida autorização escrita e fundamentada da autoridade.
- Embora a regra, no ordenamento jurídico brasileiro, seja a obrigatoriedade de licitação, considera-se dispensável a licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular e executados por profissionais de notória especialização.
- É dever do administrador público revogar a licitação, ainda que em decorrência de fatos anteriores ao processo, se atentarem contra o interesse público, devendo, nesse caso, ser o ato motivado e ser garantido aos licitantes o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- Os convênios administrativos são ajustes que podem ser firmados entre pessoas administrativas e, dada a natureza desses convênios, sua celebração independe de licitação.

QUESTÃO 51

No que se refere a serviços públicos, assinale a opção correta.

- A concessão pode ser rescindida por meio da encampação, que é a retomada do serviço público pelo concedente, durante o prazo da concessão, por motivos de interesse público, desde que haja lei autorizativa e após prévio pagamento de indenização ao concessionário.
- **9** É dever do concedente declarar a rescisão da concessão e concomitantemente aplicar as sanções contratuais ao concessionário que inadimplir o contrato.
- Por ter caráter precário, a permissão independe de formalização de contrato administrativo entre o poder público e o permissionário de serviço público.
- Serviço público é toda atividade que a lei atribui ao Estado para ser exercida diretamente, sob o regime de direito público, ou por meio de seus delegados, sob o regime de direito privado.
- Os contratos de concessão de serviço público são precedidos de licitação, ressalvadas as hipóteses de contratação direta em razão de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

QUESTÃO 52

O controle exercido por determinado órgão público sobre os seus departamentos denomina-se controle

- interno.
- **6** de legalidade.
- externo.
- concomitante.
- provocado.

QUESTÃO 53

Em relação à aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- Dados o princípio da territorialidade e a soberania do Estado brasileiro, a lei penal brasileira aplica-se apenas no território nacional.
- Na aplicação da lei penal, não se admite o uso da interpretação analógica, dado o princípio da legalidade.
- No que se refere à determinação do lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria do resultado, ou seja, considera-se o lugar do crime o local onde o crime se consumou.
- Quanto ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria mista ou da ubiquidade.
- **4** A *abolitio criminis* configura exceção ao princípio da irretroatividade da lei penal.

QUESTÃO 54

No que concerne aos crimes contra a fé pública e contra a administração pública, assinale opção correta de acordo com o Código Penal.

- O auditor tributário que desviar, em proveito próprio, quantia que tenha recebido indevidamente para recolher aos cofres públicos cometerá crime de peculato.
- O servidor público que, com o fim de prejudicar direito ou criar obrigação, omitir, em documento público, declaração que dele deveria constar cometerá o crime de falsidade ideológica.
- O prefeito que, para proveito pessoal, se apropriar de rendas públicas que estejam em seu poder, deixando de encaminhar a quantia à secretaria da fazenda do município, cometerá o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- Praticará o crime de falsificação de documento público o auditor tributário que inserir dados, em sistema de informações da fazenda estadual, no intuito de obter vantagem indevida para terceiro.
- Não praticará crime o auditor que, ao cobrar tributo devido, exceder-se, empregando meio vexatório, podendo esse auditor, contudo, ser responsabilizado civilmente por danos morais.

Considere que o advogado Caio tenha solicitado a Maria determinada quantia a pretexto de usar sua influência junto a um auditor fiscal da fazenda estadual para que ele a beneficiasse em um processo administrativo fiscal e liberasse rapidamente mercadorias apreendidas. Nessa situação hipotética, Caio praticou o crime de

- A corrupção ativa.
- **6** corrupção passiva.
- exploração de prestígio.
- tráfico de influência.
- advocacia administrativa.

QUESTÃO 56

Em relação ao direito penal, assinale a opção correta.

- Em se tratando de culpa consciente, o agente prevê o resultado, mas não se importa que ele venha a ocorrer.
- A combinação entre o dolo, no crime precedente, e dolo eventual, no consequente, é fundamental para a caracterização dos crimes preterdolosos.
- Há crimes funcionais próprios quando, por não ser o autor da ação funcionário público, configura-se infração penal não relacionada ao cargo público.
- As elementares objetivas do tipo sempre se comunicam, ainda que o partícipe não tenha conhecimento delas.
- O estrito cumprimento do dever legal é causa excludente de ilicitude, aplicada principalmente a agentes públicos ou que exercem função pública.

QUESTÃO 57

Em relação aos crimes hediondos e aos dispositivos constitucionais em matéria penal, assinale a opção correta.

- Seria inconstitucional lei que fixasse prazo de prescrição para o crime de ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado democrático.
- Aqueles que praticam crimes hediondos, como, por exemplo, a tortura, não podem ser beneficiados por graça, anistia, indulto ou liberdade provisória.
- Os crimes hediondos, como, por exemplo, o racismo, são inafiançáveis e imprescritíveis, estando os agentes que os pratiquem sujeitos à pena de reclusão.
- A lei brasileira veda expressamente, em qualquer situação, a aplicação de pena de morte ou de trabalhos forçados.
- O brasileiro naturalizado, por gozar de todos os direitos garantidos ao brasileiro nato, não pode ser extraditado.

QUESTÃO 58

Acerca da culpabilidade e da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- **O** São causas excludentes de culpabilidade, a obediência hierárquica e a coação moral irresistível.
- O erro inevitável sobre a ilicitude do fato é causa excludente de antijuridicidade.
- São causas excludentes de ilicitude a legítima defesa, o estado de necessidade e a inimputabilidade por doença mental.
- A embriaguez fortuita completa n\u00e3o exclui a culpabilidade do agente.
- A conduta motivada pela emoção ou pela paixão interfere na imputabilidade penal.

QUESTÃO 59

Considere que, logo após subtrair, dentro de um ônibus, a carteira de Manoel, sem que este perceba o fato, Jonas se dirija para o fundo do veículo, onde, mediante ameaça com uma faca, subtraia o celular de Paula e a carteira de seu namorado, Pedro. Nessa situação hipotética, Jonas pratica

- furto em continuidade delitiva com roubo.
- **6** roubo continuado.
- roubo, dada a progressão criminosa.
- furto em concurso material com roubos em concurso formal.
- **6** furto em concurso formal com roubo.

QUESTÃO 60

O processo decisório preferencial, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorre por

- arbitragem.
- 6 consenso.
- votação.
- mediação.
- e referendo.

QUESTÃO 61

Assinale a opção em que é apresentada a denominação do acordo comercial plurilateral, originalmente abrangido pelo entendimento relativo às normas e procedimentos sobre solução de controvérsias no âmbito da OMC.

- Acordo Internacional sobre o Comércio de Frango Congelado
- Acordo Internacional do Aço
- Acordo Internacional sobre o Comércio de Embarcações Civis
- Acordo Internacional sobre Licitações Internacionais
- Acordo Internacional de Produtos Lácteos

Considera-se que vários ordenamentos tributários possam ser aplicados a uma mesma situação da vida internacional, visto que esta se encontra "plurilocalizada" em função dos diversos elementos de conexão adotados por cada um desses ordenamentos.

Alberto Xavier. **Direito tributário internacional do Brasil.** 6.ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 5 (com adaptações).

No fragmento de texto acima, apresenta-se o conceito de

- A tributação plurinacional.
- **3** conflito de leis tributárias no tempo.
- tributação incidental internacional.
- dupla tributação.
- tributação solidária interterritorial.

QUESTÃO 63

A Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados

- Preconhece a mudança fundamental de circunstâncias como causa de extinção de tratados.
- dispõe que o órgão de solução de controvérsias da OMC tem jurisdição compulsória sobre tratados comerciais.
- determina que o rompimento de relações diplomáticas gera, *ipso facto*, a suspensão de tratados comerciais.
- **O** distingue os conceitos de tratado e de acordo internacional.
- estabelece a prioridade dos tratados de direitos humanos sobre os tratados de comércio internacional, em caso de conflito entre ambos.

QUESTÃO 64

Em relação à empresa, ao estabelecimento comercial e ao nome empresarial, assinale a opção correta.

- O empresário que se tornar absolutamente incapaz não poderá continuar a empresa.
- Para a eficácia do trespasse, é necessário o pagamento de todas as dívidas ou o prévio consentimento dos credores, salvo na hipótese de o alienante permanecer solvente após a alienação.
- A sede do estabelecimento comercial é necessária ao desempenho da atividade empresarial, por isso ela não pode ser objeto de penhora.
- Se o sócio que tiver emprestado seu nome civil à composição do nome empresarial for retirado da sociedade, não será necessária a alteração da firma da referida sociedade limitada.
- O conceito de empresário abrange o exercício episódico da produção de certa mercadoria destinada à venda no mercado.

QUESTÃO 65

Em relação ao empresário individual, à sociedade empresária e ao registro público de empresas, assinale a opção correta.

- Para darem início às suas atividades, as sociedades simples e a sociedade limitada devem ser registradas no registro público de empresas mercantis.
- Pessoas jurídicas podem tomar parte no quadro societário da sociedade em nome coletivo.
- Não há, para o empresário individual, distinção entre o patrimônio pessoal e o da empresa, por isso a alienação de bens imóveis relacionados ao exercício da atividade empresarial requer a outorga do cônjuge quando o regime do casamento for o de comunhão universal de bens.
- A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica centra-se no simples prejuízo do credor para afastar a autonomia patrimonial da sociedade empresarial.
- A pessoa cuja principal atividade profissional seja a rural deve obrigatoriamente requerer inscrição no registro público de empresas mercantis da respectiva sede.

QUESTÃO 66

Com relação aos livros do empresário e à sua escrituração, assinale a opção correta.

- O empresário e a sociedade empresária são obrigados a adotar um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.
- O livro diário é obrigatório a todos os empresários, podendo, contudo, ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.
- Os livros comerciais podem ser analisados, sem nenhuma restrição, pelas autoridades fazendárias.
- Os livros comerciais regularmente inscritos não podem ser utilizados como prova contra o empresário que os tenha escriturado.
- O juiz ou tribunal competente pode autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração empresarial quando for necessária para a resolução de qualquer questão de caráter patrimonial.

No que concerne à sociedade por ações, assinale a opção correta.

- A aprovação das contas sem reservas pela assembleia geral ordinária não exonera os administradores e os diretores de indenização pela prática de ato ilícito que tenha causado prejuízo à companhia.
- O valor patrimonial das ações corresponde ao montante pago pela ação quando adquirida.
- A incorporação consiste na absorção de uma ou mais sociedades anônimas por outra, o que enseja a extinção da personalidade jurídica da sociedade incorporada. Equiparando-se, para efeitos legais, à morte da pessoa física ou natural, a sociedade incorporadora somente responde pelas dívidas da sociedade incorporada na proporção do seu patrimônio.
- O acionista minoritário detém legitimidade ativa para o ajuizamento de ação individual de responsabilidade contra o administrador que desvie recursos de sua empresa.
- As demonstrações financeiras das companhias abertas devem refletir as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, sendo obrigatória a submissão desses demonstrativos à auditoria realizada por auditores independentes registrados.

QUESTÃO 68

Rafael, Elias e Otávio instituíram a sociedade Beta Ltda. com o capital social subscrito no valor de R\$ 30.000,00, sendo cada quota equivalente ao valor de R\$ 10.000,00. A integralização do capital não foi totalmente realizada, visto que Otávio não realizou qualquer espécie de contribuição, Rafael integralizou o valor de sua quota em dinheiro e Elias contribuiu com prestação de serviços.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação à responsabilidade dos sócios quanto à integralização do capital social da empresa.

- Elias e Otávio respondem de maneira solidária em relação ao valor de R\$ 20.000,00, ao passo que Rafael responde subsidiariamente.
- ❸ Elias e Otávio respondem de maneira solidária em relação ao valor de R\$ 20.000,00, ao passo que a Rafael não cabe nenhuma responsabilidade, visto que ele adimpliu sua obrigação social.
- Otávio responde pessoalmente por sua quota não integralizada, sendo a responsabilidade de Elias e Rafael subsidiária em relação aos respectivos valores.
- A responsabilidade dos três sócios é solidária em relação ao valor da quota de Otávio, visto que a quota não foi integralizada nem com aporte de capitais, nem mediante prestação de serviços.
- A responsabilidade dos três sócios é solidária em relação ao valor das quotas de Otávio e de Elias, visto que o primeiro não integralizou nenhum capital e o segundo integralizou mediante serviços, modalidade não permitida pelo ordenamento jurídico.

QUESTÃO 69

Em relação à falência, à concordata e à liquidação extrajudicial, assinale a opção correta.

- São atribuídos ao sócio majoritário que não seja administrador da sociedade limitada os deveres impostos pela lei falimentar no caso de falência.
- A decretação de liquidação extrajudicial, cujo principal efeito é o vencimento antecipado das obrigações da liquidanda, é ato privativo da autoridade judiciária.
- A fazenda pública não tem legitimidade para requerer a falência do devedor, visto que possui meios individuais e específicos de satisfação do crédito em relação aos demais credores.
- Após a arrecadação dos bens e da juntada do respectivo auto ao processo de falência, inicia-se a realização do ativo, etapa em que deve ser observada ordem de preferência, não podendo ser adotada mais de uma forma de alienação.
- O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição das execuções de natureza fiscal, independentemente da concessão do parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional (CTN) e da legislação ordinária específica.

QUESTÃO 70

A respeito dos direitos reais, assinale a opção correta.

- O exercício do usufruto pode ser transferido por alienação ou por cessão a título gratuito ou oneroso.
- **1** Dada a eficácia *erga omnes* dos direitos reais, a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro anterior à celebração da promessa de compra e venda tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.
- Admite-se que o construtor de má-fé adquira a propriedade do solo invadido, caso a proporção da invasão não seja superior à vigésima parte do terreno, a construção exceda consideravelmente o valor dessa parte, não se possa demolir a porção invasora sem grave prejuízo à construção e seja necessário proteger terceiro de boa-fé.
- A aquisição de propriedade pela compra e venda devidamente lavrada em cartório é forma originária de aquisição de bem imóvel, respondendo o vendedor por todos os débitos que gravem a coisa até o momento da tradição.
- A servidão somente pode ser constituída por negócio jurídico *inter vivos* ou *causa mortis*, não sendo admitida a constituição de servidão por usucapião.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 71

Considere que, em projeto de lei ordinária estadual, seja prevista a cobrança de ICMS, com alteração da base de cálculo prevista na lei complementar federal. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta. Considere que a sigla CF, sempre que utilizada, se refira a Constituição Federal de 1988.

- As limitações do poder de tributar, previstas na CF, servem para que as unidades da Federação possam exercer sua competência legislativa plena.
- As normas gerais definidoras do fato gerador e da base de cálculo para cada imposto estão previstas na CF, não sendo, portanto, o estado obrigado a observar o previsto a esse respeito na lei complementar federal.
- O estado possui competência para instituir tributo da forma que bem entender, uma vez que sua competência é plena no sistema federativo.
- Lei complementar estadual pode instituir tributo de forma diferente da lei complementar federal, por terem ambas a mesma hierarquia.
- O estado pode instituir tributo no momento em que desejar, devendo respeitar o disposto na CF no que se refere à instituição dos discriminados como de sua competência.

QUESTÃO 72

O cometimento a pessoa de direito privado, como os bancos, do encargo de arrecadar tributos

- constitui ato de delegação de competência, de acordo com a legislação tributária vigente.
- **6** constitui delegação da capacidade tributária passiva.
- constitui ato legal em que se atribui apenas a capacidade de arrecadar, não cabendo fiscalização ou cobrança do tributo.
- não pode ser revogado unilateralmente.
- pode ser anulado, e não revogado, visto que a revogação tem de ser feita por mútuo consentimento.

QUESTÃO 73

No que se refere à instituição de contribuição parafiscal, assinale a opção correta.

- O Distrito Federal poderá instituir contribuição parafiscal que não seja somente para o custeio do sistema de previdência e assistência social, a ser cobrada de seus servidores.
- **©** Empréstimos compulsórios são espécies de contribuições parafiscais.
- Compete à União, exclusivamente, instituir contribuições sociais, com exceção do custeio da previdência e assistência social dos servidores públicos das demais unidades da Federação.
- Compete aos estados e aos municípios instituir contribuições de intervenção no domínio econômico.
- Para instituição de qualquer contribuição parafiscal, no âmbito da União, aplica-se o princípio da anterioridade anual.

QUESTÃO 74

Consideram-se divisíveis os serviços públicos justificadores da cobrança de taxas quando

- forem de utilização compulsória e postos à disposição mediante atividade estatal.
- **B** puderem ser usufruídos a qualquer título.
- forem suscetíveis de utilização, separadamente, pelos usuários.
- forem suscetíveis de utilização efetiva pela coletividade, e não somente pelo usuário.
- puderem ser destacados em unidades autônomas de atuação da administração.

QUESTÃO 75

Os convênios que, celebrados entre os entes da Federação, estabelecem regras sobre a concessão de benefícios fiscais têm, de acordo com o CTN, natureza de

- atos administrativos com hierarquia de leis ordinárias, dada a exigência constitucional de lei específica para a concessão de benefícios fiscais.
- normas complementares, consideradas fonte formal secundária do direito tributário, dado que adstritas à predominância das normas contidas nas fontes principais.
- lei ordinária federal, decididas em âmbito federal.
- leis complementares federal, visto que regrarão norma prevista na CF.
- normas administrativas com a mesma hierarquia das resoluções fixadas pelo Senado Federal, em relação ao estabelecimento de alíquotas interestaduais do ICMS.

QUESTÃO 76

Um comerciante ambulante, com receita bruta anual menor que R\$ 60.000,00, deixou, de comum acordo com o seu contador, de emitir notas fiscais e de realizar a escrituração contábil da venda dos seus produtos, tendo, durante muitos anos, suprimido os tributos devidos nas operações comerciais realizadas, sempre, com empresas que possuíam CNPJ.

Nessa situação hipotética, conforme o disposto na Lei n.º 8.137/1990,

- não existe crime tributário, visto que o comerciante, ambulante, não possui estabelecimento fixo para fins tributários.
- há crime tributário consumado, uma vez que o comerciante não só se deixou de emitir os documentos fiscais obrigatórios, mas também suprimiu efetivamente o tributo devido.
- não existe crime tributário, visto que o comerciante se enquadra como microempreendedor individual, ou seja, está isento de emitir notas fiscais referentes às suas operações comerciais.
- há crime tributário, e o sujeito ativo é o empresário ou sócio responsável pelo negócio, não podendo o contador, terceiro que não faz parte da sociedade comercial, ser responsabilizado pela infração.
- há crime tributário, sendo o sujeito passivo o consumidor, que deixou de receber a nota fiscal correspondente à operação comercial.

No que concerne à legislação aplicada a microempresas e a empresas de pequeno porte, assinale a opção correta.

- Diferentemente das empresas de pequeno porte, as microempresas optantes do simples nacional ficam desobrigadas de emitir documento fiscal para qualquer venda.
- As empresas de pequeno porte optantes do simples nacional, embora isentas de possuir e escriturar livro caixa, são obrigadas a emitir documento fiscal de venda.
- As empresas de pequeno porte, ainda que optantes do simples nacional, são obrigadas a realizar a escrituração completa para fins fiscais.
- O microempreendedor individual optante do simples nacional está desobrigado de manter escrituração fiscal, mas deve emitir os documentos fiscais de todas as suas vendas, inclusive ao consumidor final.
- A despeito do tratamento diferenciado conferido às micro e às pequenas empresas, tais empresas, quando optantes do simples nacional, não poderão utilizar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

QUESTÃO 78

Assinale a opção correta no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- A isenção em caráter geral, que é um benefício fiscal, é considerada renúncia de receita.
- Aplicam-se as regras da LRF relativas à renúncia de receita em caso de alteração de alíquotas de IPI e IOF.
- As disposições da LRF não se aplicam aos municípios com menos de duzentos mil habitantes.
- A LRF, que versa sobre finanças públicas, com vistas à responsabilidade na gestão fiscal, impõe condições à concessão de renúncia fiscal.
- As autarquias vinculadas ao Poder Executivo estadual não estão obrigadas a cumprir a LRF, cujos dispositivos se aplicam apenas às autarquias federais.

QUESTÃO 79

Em relação à possibilidade de apreensão de bens ou mercadorias pelo fisco, assinale a opção correta.

- O fisco poderá realizar a apreensão de mercadorias em trânsito quando não for de conhecimento geral o estabelecimento remetente da mercadoria.
- Somente será possível a apreensão das mercadorias quando não se puder identificar o seu proprietário.
- A apreensão deve seguir procedimento legal específico, devendo, sempre, ser nomeado depositário fiel para administrar bens e mercadorias.
- Pode ser feita a apreensão por auditores em residência de particular, bastando que o auditor tenha certeza de que objetos e documentos estejam sendo guardados no local e que fazem prova do ilícito tributário.
- Terceiro idôneo não vinculado ao fato pode ser nomeado depositário de bens e mercadorias apreendidas pelo fisco.

QUESTÃO 80

No que se refere ao estabelecimento para fins de cobrança do ICMS, assinale a opção correta.

- Depósito de mercadorias encontrado ao lado de estabelecimento comercial, sendo ambos do mesmo titular, não pode ser considerado estabelecimento autônomo, ainda que seja depósito aberto.
- Cada estabelecimento comercial responde por seu crédito tributário, ainda que o mesmo titular possua vários estabelecimentos.
- Qualquer lugar público ou privado que sirva para reuniões de pessoas físicas ou jurídicas é considerado estabelecimento para fins fiscais.
- Se um titular possuir vários estabelecimentos em seu nome, cada um será considerado de forma autônoma para os fins fiscais.
- Por ser meio de transporte, o veículo usado no comércio ambulante não pode ser considerado como estabelecimento autônomo para os fins fiscais.

Com relação aos princípios e às normas brasileiras de contabilidade, assinale a opção correta.

- Os componentes patrimoniais podem ser estudados nos aspectos jurídico, econômico, específico, financeiro e administrativo. O aspecto contábil, que é o mesmo que o econômico, compreende o conjunto de bens e direitos, exceto as obrigações.
- Devido ao caráter legalista da contabilidade, a finalidade dessa ciência é auxiliar no planejamento e no controle, sendo de uso restrito do governo e de economistas governamentais.
- O princípio da entidade, cujo foco é a elaboração de informações oportunas e inerentes aos sócios e à sociedade, refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.
- As técnicas são meios utilizados para atingir os fins contábeis, sendo consubstanciadas em planejamento orçamentário, escrituração e controle da informação.
- De acordo com o conceito financeiro de capital, considera-se a capacidade produtiva da entidade com base nas unidades de produção. De acordo com o conceito físico de capital, considera-se o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido.

QUESTÃO 82

Uma empresa realizou os seguintes eventos contábeis durante o mês de março do ano X1.

- prestação de serviços no valor de R\$ 100 mil à vista;
- pagamento de despesas com salários de funcionários no valor de R\$ 30 mil, referente à mão de obra do mês anterior;
- despesas com contratação de empresa para consultoria e treinamento no valor de R\$ 5 mil, a serem pagas em trinta dias;
- empréstimos concedidos a funcionários no valor de R\$ 10 mil, sendo a primeira parcela vincenda em sessenta dias;
- recebimento da antecipação de um cliente no valor de R\$ 15 mil, por serviços que serão prestados somente em abril;
- pagamento de despesas de energia elétrica do mês no valor de R\$ 1 mil.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, assinale a opção correta acerca dos procedimentos de escrituração contábil, do regime de apuração e do sistema de partidas dobradas.

- No livro diário, a antecipação de um cliente deve ser registrada a débito da conta caixa ou banco e a crédito da conta receitas antecipadas, logo o impacto nas disponibilidades será nula em função da obrigação preestabelecida.
- O empréstimo no valor de R\$ 10 mil representa um passivo de curto ou longo prazo, em função da quantidade de parcelas para amortização da dívida.
- O recebimento da antecipação de um cliente no valor de R\$ 15 mil representa um ativo, em função do direito de prestar o serviço em data posterior.
- O resultado da empresa pelo regime de competência será R\$ 30 mil maior que aquele apurado pelo regime de caixa, em razão das despesas de salários do período.
- Caso a empresa esteja apurando o resultado pelo regime de caixa, ela terá aferido um lucro de R\$ 84 mil ao final do mês de março.

Situação hipotética para as questões 83 e 84

Determinada empresa apresentou o saldo, em reais, de suas contas contábeis em 31/12/X1 conforme a tabela abaixo.

| receita antecipada | 3.000 |
|--|--------|
| • | 25.000 |
| capital social | |
| receita de vendas | 10.000 |
| aplicações financeiras com disponibilidade imediata | 3.000 |
| salários a pagar | 1.000 |
| estoque de material consumo | 2.000 |
| empréstimos a pagar a longo prazo | 5.000 |
| debêntures exigíveis a longo prazo | 6.000 |
| despesas com alimentação | 5.000 |
| ações em tesouraria | 3.000 |
| custo da mercadoria vendida | 4.000 |
| participações em controladas | 5.000 |
| contas a pagar | 2.000 |
| despesas salários | 1.000 |
| ajustes de avaliação patrimonial | 2.000 |
| máquinas e equipamentos | 6.000 |
| despesas com seguros | 3.000 |
| reservas de capital | 7.000 |
| marcas e patentes | 10.000 |
| receitas não operacionais | 6.000 |
| pesquisa e desenvolvimento de novos produtos (viáveis) | 9.000 |
| caixa | 10.000 |
| reservas de lucros | 9.000 |
| impostos a recolher | 4.000 |
| clientes | 1.000 |
| edificações | 7.000 |
| empréstimos concedidos a longo prazo | 8.000 |
| | _ |

QUESTÃO 83

Com relação ao balanço patrimonial apresentado pela empresa acima referida, assinale a opção correta.

- O patrimônio líquido da entidade é exatamente R\$ 18.000,00 maior que a soma dos saldos das contas do exigível de curto e longo prazo.
- As disponibilidades da empresa perfazem um montante de R\$ 16.000,00, sendo este valor constituído dos saldos de caixa, aplicações financeiras com disponibilidade imediata, clientes e estoques de materiais de consumo.
- Ajuste de avaliação patrimonial é uma conta contábil que recebe as contrapartidas de aumentos ou diminuição de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo em decorrência de sua avaliação a valor justo, portanto, esta conta pode apresentar saldo devedor ou credor. Nesse caso, o saldo de R\$ 2.000,00 é credor.
- No curto prazo, a empresa apresenta uma capacidade de pagamento de 20%, visto que seus ativos são maiores que os exigíveis até o final do exercício subsequente.
- O ativo não circulante da empresa corresponde a R\$ 36.000,00.

Em relação à demonstração do resultado do exercício, assinale a opção correta com base na situação hipotética apresentada.

- A margem bruta corresponde à receita líquida de venda deduzida dos custos das mercadorias vendidas e, para esta empresa, a margem bruta representa 69% da receita líquida apurada no exercício.
- **6** A receita efetiva, aquela cujo fato gerado aconteceu, corresponde a R\$ 13.000,00.
- Se a empresa não tivesse apurado uma receita não operacional com vendas, o resultado seria um prejuízo de R\$ 3.000,00 no exercício.
- As despesas com seguros são diferidas, portanto não constam da apuração do exercício e da demonstração do resultado do exercício.
- Na demonstração do resultado do exercício, a referida empresa deve apresentar todos os itens de receitas e despesas realizados no período, portanto, o lucro do exercício apurado em 31/12/X1 corresponde a R\$ 6.000,00.

QUESTÃO 85

Determinada empresa utilizou, no sistema de inventário permanente, o método PEPS e, durante o mês de janeiro de 2013, realizou as transações com mercadorias representadas na tabela abaixo. Na conta contábil de estoque de mercadorias, constava registrado, em 1.º de janeiro de 2013, um saldo de R\$1.120,00 referente a 14 unidades. Incidiram sobre as transações realizadas alíquota de 10% de ICMS.

| data | transações | |
|-----------|--|--|
| 2/1/2013 | venda de 6 unidades pelo valor total de R\$ 1.200,00 | |
| 5/1/2013 | aquisição de 25 unidades por R\$ 100,00 cada | |
| 15/1/2013 | venda de 16 unidades pelo preço de 210,00 cada | |
| 22/1/2013 | compra de 38 unidades pelo valor total de R\$ 4.560,00 | |
| 25/1/2013 | venda de 45 unidades pelo preço de R\$ 220,00 | |

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito das movimentações de estoque, apuração do custo das mercadorias vendidas e dos impostos incidentes.

- O ICMS apurado no final do período é de R\$ 740,00 a recolher aos cofres públicos, considerando-se que não existe saldo do mês anterior.
- **B** A receita líquida de vendas corresponde a R\$ 14.460,00.
- O saldo final de estoque de mercadorias é igual a 10 unidades, ao custo unitário de R\$ 120,00.
- O valor do custo de mercadorias vendidas apurado no período corresponde a R\$ 6.980,00.
- As compras líquidas apuradas no período são iguais a R\$ 7.060,00.

Em relação às operações de arrendamento mercantil, assinale a opção correta.

- O ativo arrendado na modalidade operacional n\u00e3o passa por teste de impairment.
- Nas operações de arrendamento mercantil operacional ou financeiro, a arrendatária contabiliza o bem e as prestações como despesa no momento do vencimento das prestações.
- No arrendamento mercantil financeiro, ocorre a transferência, para o arrendatário, dos riscos e benefícios da operação.
- No leasing financeiro, o bem objeto da transação deve ser comprado pelo arrendatário ao final da operação, pelo valor de mercado ou valor justo do bem.
- Os bens objeto das operações de arrendamento não sofrem depreciação na arrendatária, porque esses não são de sua propriedade.

QUESTÃO 87

Acerca de contabilização de vendas, compras, devoluções, abatimentos, despesas e receitas e subvenções governamentais, assinale a opção correta.

- As receitas poderão ser decorrentes de aumentos de ativos ou de reduções de passivos, ou de entrada de recursos que aumentem o patrimônio líquido.
- As devoluções de vendas são registradas em contas credoras, computadas na apuração do lucro bruto operacional.
- A legislação fiscal e contábil define que o ICMS e o IPI são subtraídos do faturamento bruto para perfazer a receita bruta de vendas de mercadorias.
- Se a empresa comercial recebe uma subvenção governamental e não se obriga à contraprestação, ocorrerá o registro direto em conta do patrimônio líquido.
- No caso de benefício fiscal que implique redução de imposto devido, a empresa fará o registro contábil desse fato em contas patrimoniais.

QUESTÃO 88

Considerando os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis das empresas e de suas filiais, agências, sucursais ou dependências no exterior, assinale a opção correta.

- Ao final de cada exercício financeiro, os itens não monetários dos investimentos mensurados pelo custo histórico não serão convertidos da moeda estrangeira para a moeda funcional, a não ser quando o investimento for descontinuado.
- Se a Cia. brasileira K detém 85% do capital da Cia. D, que opera no exterior e utiliza as mesmas práticas contábeis da investidora, os ganhos cambiais da Cia. K em relação à investida, após a avaliação pela equivalência patrimonial, serão reconhecidos, proporcionalmente ao investimento, na demonstração do resultado do exercício da Cia. K.
- Os métodos de avaliação de investimentos permanentes no exterior permitidos pela legislação brasileira incluem a equivalência patrimonial, o método do custo e o valor justo.
- Na norma brasileira, não há regulação específica para a contabilização de investimentos no exterior.
- Quando uma investidora recebe reembolso de capital de investimento no exterior, a variação cambial deve ser reconhecida diretamente no seu patrimônio líquido, para não provocar efeito no resultado do período.

QUESTÃO 89

Em relação aos ativos intangíveis, assinale a opção correta.

- O subgrupo do ativo intangível compõe-se de bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.
- Os gastos ocorridos na fase de pesquisa de produtos desenvolvidos na empresa devem ser reconhecidos como despesas nos resultados dos períodos em que ocorrerem, porque não são adequados para reconhecimento como ativos produzidos.
- Os ágios decorrentes de expectativa de rentabilidade futura de intangíveis gerados no ambiente interno da companhia, como o fundo de comércio e o goodwill, são reconhecidos na contabilidade pelo seu valor justo.
- O registro das amortizações dos ativos intangíveis deve ser iniciado a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso.
- Os ativos intangíveis incluem marcas, patentes, softwares, licenças, despesas antecipadas, gastos com desenvolvimento e outros gastos que gerem benefícios incrementais futuros, não contemplados em norma específica.

A respeito da reorganização e reestruturação social de empresas, seus aspectos contábeis, fiscais e legais, assinale a opção correta.

- O adquirente não deve reconhecer os tributos diferidos sobre o lucro em função de ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, já que os ativos e passivos perfazem o valor da aquisição.
- No processo de fusão de duas companhias, no caso de cisões, os acionistas dissidentes terão direito ao reembolso do valor de suas ações caso haja mudança do objeto social.
- Devem ser contabilizados como despesa no período em que ocorrerem os custos de operação diretamente relacionados à aquisição de dada companhia em uma combinação de negócios, assim como os custos decorrentes de emissão de títulos de dívida vinculados à operação.
- Na combinação de negócios entre sociedades, os ativos identificáveis adquiridos e reconhecidos pela adquirente poderão ser reconhecidos como custos ou despesas pela adquirida.
- A empresa que possui obrigações com debêntures em seu passivo e que pretende realizar operação de fusão ou incorporação a outra sociedade anônima somente poderá concluir a operação se for autorizada pelos debenturistas.

QUESTÃO 91

Assinale a opção correta acerca da contabilidade de custos, financeira e gerencial nas indústrias.

- Os custos fixos totais permanecem constantes, dentro de determinado período de tempo, em relação às oscilações no volume de mercadorias produzidas.
- Os custos que carecem de mecanismo de rateio para alocação ao produto acabado são os indiretos e os variáveis.
- O balanço patrimonial de uma indústria terá pelo menos duas contas de estoque: as de matérias-primas e as de produtos em elaboração. Ao final do processo produtivo, os produtos alocados nessa última conta serão transferidos imediatamente para o custo da mercadoria vendida.
- Na demonstração do resultado do exercício, para fins fiscais e em conformidade com a auditoria externa, o custo do produto vendido será composto pelos custos do produto e do período que incidiram sobre o processo produtivo.
- A contabilidade gerencial e de custos, assim como a financeira, é obrigatória para as indústrias de produtos e serviços.

QUESTÃO 92

Uma fábrica de calculadoras produz e vende 6.000 calculadoras, com preço de venda de R\$ 20,00 por unidade. Os custos variáveis unitários são de R\$ 3,00, e as despesas variáveis correspondem a 5% do valor de venda. Os custos fixos totais são de R\$ 20.000,00, dos quais R\$ 2.000,00 referem-se à depreciação das máquinas utilizadas no processo produtivo. O patrimônio líquido da empresa é de R\$ 60.000,00, e a taxa mínima de atratividade é de 20%.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que

- o ponto de equilíbrio financeiro é de R\$ 1.294,11.
- **3** a margem de segurança é de R\$ 95.000,00.
- o ponto de equilíbrio contábil é de R\$ 23.529,41.
- a margem de contribuição unitária é de R\$ 17,00.
- o ponto de equilíbrio econômico é de 1.882 unidades.

Considere que uma indústria tenha apresentado os seguintes saldos de contas em 31/12/xxx1:

| aquisição de matéria-prima | R\$ 100.000,00 |
|------------------------------|----------------|
| aluguel do galpão da fábrica | R\$ 30.000,00 |
| mão de obra direta | R\$ 50.000,00 |
| matéria-prima consumida | R\$ 90.000,00 |
| custos gerais fabris | R\$ 40.000,00 |
| despesas administrativas | R\$ 70.000,00 |
| despesas com comissões | R\$ 20.000,00 |

Considere, ainda, que, no mês de janeiro/xxx1, tenham sido fabricadas 1.000 unidades e vendidas 750 unidades por R\$ 500,00 cada uma e que não tenha havido saldo de estoques iniciais e finais de produtos em elaboração. Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção em que se indicam, respectivamente, o saldo de estoques de produtos acabados e o custo dos produtos vendidos.

A R\$ 62.500,00; R\$ 147.500,00

3 R\$ 75.000,00; R\$ 225.000,00

O R\$ 100.000,00; R\$ 300.000,00

O R\$ 48.500,00; R\$ 161.500,00

8 R\$ 52.500,00; R\$ 157.500,00

QUESTÃO 94

Suponha que uma indústria produza três produtos — calças, camisas e camisetas — e que apresente custos totais conjuntos de R\$ 80.000,00. Suponha, ainda, que os custos conjuntos sejam distribuídos aos produtos, tendo-se como base de rateio o volume de vendas no mercado conforme a tabela a seguir.

| | preço de venda | quantidade produzida/vendida | receita total de vendas |
|-----------|-------------------|---------------------------------|----------------------------|
| calças | R\$ 120,00 | 500 | R\$ 60.000,00 |
| camisas | R\$ 80,00 | 600 | R\$ 48.000,00 |
| camisetas | R\$ 40,00 | 800 | R\$ 32.000,00 |

De acordo com a situação hipotética e a tabela apresentadas, assinale a opção em que são indicados, respectivamente, os custos conjuntos unitários dos três produtos.

A R\$ 68,57; R\$ 45,71 e R\$ 22,86

3 R\$ 45,32; R\$ 32,75 e R\$ 32,80

O R\$ 52,47; R\$ 32,75 e R\$ 22,86

O R\$ 68,57; R\$ 45,71 e R\$ 32,80

6 R\$ 52,47, R\$ 45,71 e R\$ 22,86

Assinale a opção em que se indicam, respectivamente, investimentos, custos, despesas e perdas.

- aquisição de máquinas para fábrica; compra de matéria-prima, frete de vendas, deterioração de produtos acabados por inundação
- aquisição de máquinas para fábrica, energia elétrica consumida no parque industrial, frete de vendas, deterioração de produtos acabados por inundação
- comissões sobre vendas, salário dos vendedores, aquisição de matéria-prima, seguro da fábrica
- aquisição de máquinas para fábrica, compra de matéria-prima,
 mão de obra direta, fogo em lote de produtos em produção
- compra de imóvel para instalação da fábrica, salário dos vendedores, aquisição de matéria-prima, seguro da fábrica

QUESTÃO 96

No que se refere aos princípios fundamentais da CF e à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- As normas constitucionais programáticas caracterizam-se por fixar políticas públicas ou programas estatais destinados à concretização dos fins sociais do Estado, razão pela qual são de aplicação ou execução imediata.
- Em suas relações internacionais a República Federativa do Brasil deve observar os princípios da concessão de asilo político e da vedação à extradição.
- A soberania, um dos princípios fundamentais da CF, não admite que o poder do Estado sofra imposições oriundas de Estados estrangeiros, mas apenas de organismos internacionais.
- Constitui exemplo de norma de eficácia limitada o dispositivo constitucional segundo o qual os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencherem os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- As normas constitucionais de eficácia contida não podem ser aplicadas imediatamente, pois necessitam de complementação legal para a produção de efeitos.

QUESTÃO 97

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A inviolabilidade do sigilo de correspondência tem caráter absoluto, razão pela qual não poderá a legislação infraconstitucional estabelecer quanto a ela limitações, sem que incorra em ofensa à CF.
- A perda da nacionalidade brasileira pode ocorrer por ato voluntário de brasileiro que adquire outra nacionalidade. Nessa situação, uma vez configurada a perda, a nacionalidade brasileira não será passível de recuperação.
- Consoante a doutrina, as hipóteses de inelegibilidade absoluta podem ser estabelecidas na CF e na legislação infraconstitucional.
- Consoante a doutrina, a perda dos direitos políticos tem caráter definitivo, como ocorre no caso de incapacidade civil absoluta.
- A CF assegura a liberdade de manifestação de pensamento, sem excluir a responsabilidade pelos danos materiais e morais decorrentes do seu exercício e sem afastar o direito de resposta para rebater qualquer tipo de ofensa, e não apenas aquelas configuradoras de ilícitos penais.

QUESTÃO 98

No que concerne à organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- Inserem-se no âmbito da competência do município o planejamento e o controle do uso e ocupação do solo urbano.
- Compete à União legislar privativamente sobre direito do consumidor.
- Considere que lei estadual tenha sido editada dispondo sobre as condições para o exercício de determinada profissão e que tenha sido arguida a sua inconstitucionalidade em ação judicial. Nessa situação, não há inconstitucionalidade, já que a competência para legislar sobre o exercício de profissões é concorrente entre os entes da Federação.
- Oconsidere que tenha sido editada lei estadual regulando o parcelamento de multas de trânsito ocorridas no âmbito de determinada unidade da Federação. Nessa situação, a lei é constitucional, pois, de acordo com a CF, a competência para legislar sobre trânsito e transporte é concorrente entre os entes da Federação.
- A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência concorrente para legislar sobre telecomunicações.

A respeito dos poderes da República e da administração pública, assinale a opção correta em conformidade com a CF e com a doutrina.

- Diferentemente do que ocorre com os crimes de responsabilidade, nos crimes comuns não se exige prévia autorização da Câmara dos Deputados para que o presidente da República seja processado.
- Oconsidere que determinado cidadão tenha ajuizado, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), ação popular contra ato praticado pelo presidente da República e que tenha sido arguida a incompetência do STF para essa demanda. Nessa situação, não procede a incompetência invocada, visto que o STF é competente para processar e julgar originariamente a ação popular, o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do presidente da República.
- Gensidere que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao apreciar de ofício a legalidade de ato administrativo praticado por membro do Poder Judiciário, tenha determinado a desconstituição do ato, que também era objeto de apreciação pelo Tribunal de Contas da União. Nessa situação, o CNJ agiu nos limites de sua competência constitucional e sua atuação não afasta a competência do Tribunal de Contas da União, ainda que o ato tenha sido desconstituído.
- Considere que, mediante decreto, o presidente da República tenha determinado a extinção de certo órgão público e que a legitimidade do ato tenha sido objeto de questionamento judicial. Nessa situação, o ato é legítimo, já que a CF confere ao presidente da República a competência para dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração pública federal.
- Com a aquisição da estabilidade os servidores públicos somente poderão perder o cargo mediante decisão judicial transitada em julgado.

QUESTÃO 100

Acerca do Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- Compete à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal suspender a execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.
- O presidente da República poderá convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, em caso de urgência ou interesse público relevante, independentemente de aprovação das casas legislativas.
- As empresas públicas e as sociedades de economia mista federais não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas da União.
- Embora a comissão parlamentar de inquérito possa determinar a quebra de sigilo bancário e fiscal do investigado, ela não poderá determinar a interceptação telefônica, pois este é um ato sujeito à denominada cláusula de reserva jurisdicional.
- A emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa do presidente da República não pode prever aumento de despesa, ainda que seja um projeto de lei orçamentária anual.

